

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
<b>Presidente</b>	Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira	<b>Presidente</b>	Bruno do Prado Castilho
<b>Membros</b>	Anderson Gil Ramos Bastos Eduardo Panek Julio Jacob Junior João Biral Junior Gustavo Giffhorn Camargo Vitor Calazans Baroni Radaés Franchetti Picoli	<b>Membros</b>	Marcio Musso de Góes Roberto Zaninelli Covello Tizon
DIRETORIA EXECUTIVA			
<b>Diretor Presidente</b>	Rafael Lamastra Junior	<b>Diretor de Administração e Finanças</b>	Marco Francesco Patriarchi
<b>Diretor Técnico Comercial</b>	Rafael Rodrigo Longo		
<b>CONTADOR</b>	Marcelo Pereira da Silva - CRC PR 034803/O-0		

## Relatório da Administração • Exercício 2021

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021.

### A COMPAGAS

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas, sociedade de economia mista de capital fechado, é responsável pela distribuição de gás natural canalizado no Estado do Paraná, cuja concessão foi outorgada em 06/07/1994, através da Lei Estadual nº 10.856. Tem como acionistas a Companhia Paranaense de Energia - Copel, com 51% das ações, a Petróbras Gás S.A. - Gaspetro, com 24,5% e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., com 24,5%.

O objeto social da Companhia é a exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado para atender a demanda do mercado consumidor dos segmentos industriais, comerciais, residenciais, institucionais, de transportes e outros que requeiram a prestação do serviço, observadas as disposições legais e de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25, da Constituição Federal.

A atividade de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná é regulada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agerpar, que detém a competência, dentre outros, de fiscalização sobre o serviço de distribuição e análise dos reajustes e revisões tarifárias.

Com o intuito de fomentar a utilização do combustível em bases econômicas, sociais e ambientais sustentáveis, a Compagas atua na promoção e na expansão da rede de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná.

### Mercado de Gás Natural

O mercado de gás natural continua passando por grandes e importantes transformações no Brasil. Nos últimos anos, principalmente após o reposicionamento estratégico da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), diversos movimentos e iniciativas lideradas pelo Governo Federal passaram a buscar o aprimoramento da cadeia de negócios do gás, com vistas a garantir uma adequada transição de um mercado dominado por um único agente supridor para um com maior liquidez, multiplicidade de atores, de maior competição e de aceleração de investimentos todo o setor.

Como destaque de 2021, tem-se a aprovação do projeto de Lei nº 6.407/2013 que se converteu na "Nova Lei do Gás" - Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021.

Em 2021, a Compagas também lançou sua segunda Chamada Pública de Suprimento (CP22) para recebimento de propostas de gás, de maneira coordenada com as distribuidoras do Centro-Sul - MSGÁS (Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul), GasBrasilião (Gás Brasileiro Distribuidora), a SCGÁS (Companhia de Gás de Santa Catarina), e SULGÁS (Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul). O objetivo consistiu em agregar escala de volumes para a região atraindo fornecedores de grande porte, bem como comunicar aos potenciais fornecedores as formas de contratação que melhor refletem as necessidades e características específicas dos mercados locais dessas distribuidoras, que em conjunto distribuem cerca de 6 milhões de m³/dia de gás.

Durante a CP22 - como é denominado o processo - o grupo recebeu mais de 130 propostas de 13 potenciais fornecedores, contemplando diferentes modalidades de fornecimento e origens do gás: importado, produção nacional, GNL e até biometano. O resultado não foi diferente da primeira Chamada Pública, lançada em 2018, ou seja, as distribuidoras permaneceram com Contratos de Suprimento de Gás Natural celebrados junto à Petrobras, único supridor que apresentou viabilidade de fornecimento a partir de janeiro de 2022. O novo Contrato de Suprimento celebrado entre a Compagas e a Petrobras tem vigência até dezembro de 2025 e foi dimensionado para contemplar janelas de oportunidade visando novas contratações ao longo dos anos.

Apesar de alguns avanços na busca pela abertura de mercado de gás natural ao longo dos últimos anos, uma série de barreiras e desafios ainda estão presentes e precisam ser superados para que de fato seja possível atingir um mercado mais maduro, dinâmico e com a participação de vários agentes, como por exemplo, a garantia de acesso à infraestrutura essencial a novos agentes, a necessidade de expansão de infraestrutura de gasodutos no país, a segurança e a clareza das regras tributárias para os novos agentes de mercado e uma maior clareza quanto ao planejamento energético do país, visando atrair investimentos para a cadeia do gás natural.

Dados da Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) indicam que em todo o país são mais de 4 milhões de consumidores de gás natural nos segmentos residencial, comercial, industrial e automotivo. A extensão das redes de distribuição de gás canalizado ultrapassa a marca dos 40 mil km em todos os estados e o volume movimentado superou, na média anual, a marca de 76 milhões de m³/dia em 2021.

### Resultados Operacionais da Compagas

A Companhia encerrou o ano de 2021 com uma rede de distribuição de gás de 852 km, atendendo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Carambei, Castro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Palmeira, Pinhais, Ponta Grossa, Quatro Barras e São José dos Pinhais. Esta rede, composta de 470 km de dutos de aço carbono e de 382 km em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), foi construída de acordo com as normas e regulamentos técnicos, para oferecer segurança e um elevado grau de confiabilidade no abastecimento. Além do atendimento através da rede de distribuição, o gás natural está presente em Paranaguá e Arapoti por meio do Gás Natural Comprimido (GNC).

A Compagas registrou alta no volume de gás natural distribuído em 2021. No ano a média alcançou a marca de 2.105.801 m³/dia, sendo 35% maior que a registrado em 2020, e foi amplamente influenciada pelo despacho termelétrico da Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA). O volume de gás natural destinado ao mercado não térmico teve alta de 1%, se mantendo estável em relação a 2020, porém com destaques para aumentos de consumo nos segmentos veicular, industrial e comercial, o que demonstra a retomada da economia e das atividades comerciais e empresariais em meio à pandemia da COVID-19.

### DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ – 2020/2021

SEGMENTOS	2020 (m³/dia)	2021 (m³/dia)	VAR. %
Residencial	31.646	33.900	7%
Comercial	12.664	15.045	19%
Industrial	377.219	423.134	12%
Veicular	54.791	66.519	21%
Cogeração	144.819	109.163	-24%
Matéria-Prima	210.388	230.329	9%
Geração de Energia Elétrica	491	368	-25%
GNC (Industrial e Veicular)	17.614	14.746	-16%
GNL (Industrial)	0	0	-
Grandes Consumidores	32.132	0	-
<b>Total mercado não térmico</b>	<b>881.745</b>	<b>893.203</b>	<b>1%</b>
Térmica	676.113	1.212.597	79%
<b>Total DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>1.557.858</b>	<b>2.105.801</b>	<b>35%</b>

Na comparação nacional, o volume distribuído pela Companhia correspondeu a 2,7% do total de gás natural canalizado distribuído no país. Entre os estados do Sul, a Compagas foi responsável por 31,2% do volume de gás natural canalizado. O comparativo foi realizado entre as distribuidoras do país a partir dos dados extraídos do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, organizado pelo Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia encerrou o ano com o atendimento a mais de 51 mil clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular. O total é 4% maior que o alcançado no ano anterior e representa mais de 2 mil novos lares, indústrias e comércio paranaenses sendo atendidos com um combustível mais limpo, prático e seguro.

### CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES POR SEGMENTO – 2020/2021

SEGMENTOS	2020	2021	VAR. %
Residencial	48.541	50.511	4%
Comercial	573	603	5%
Industrial	172	177	3%
Veicular	33	34	3%
Cogeração	2	2	-
Matéria-Prima	3	3	-
G.E.E.	4	5	25%
GNC (Industrial e Veicular)	6	2	-67%
GNL (Industrial)	0	0	-
Grandes Consumidores	0	0	-
<b>Total mercado não térmico</b>	<b>49.334</b>	<b>51.337</b>	<b>4%</b>
Térmica	1	1	0%
<b>Total</b>	<b>49.335</b>	<b>51.338</b>	<b>4%</b>

### Investimentos

Em 2021, a Compagas continuou a investir no mercado de gás natural e concentrou seus esforços em projetos de saturação e integridade de rede para expandir a sua atuação nas regiões já atendidas pela rede de distribuição de gás canalizado e aumentar a eficiência operacional.

O investimento total somou R\$ 14,8 milhões. Deste total, cerca de R\$ 9 milhões foram direcionados a projetos de saturação dos mercados urbano e industrial. Para atendimento ao mercado urbano R\$ 5,4 milhões foram investidos na construção da rede de distribuição e na ligação de clientes residenciais e comerciais. No segmento industrial, cerca de R\$ 3,6 milhões foram utilizados para a execução de ramais e em projetos para ligação dos novos clientes.

Mais de R\$ 2,3 milhões foram destinados às obras de integridade de rede com o objetivo de garantir a operação e o fornecimento contínuo de gás natural canalizado em toda a área de atendimento da Companhia. Outros R\$ 3,5 milhões foram investidos na otimização de atividades administrativas e em Sistemas e Tecnologia da Informação.

### Resultados Financeiros

Ao longo dos anos, em linha ao referencial estratégico e para garantir a perenidade do negócio, a Compagas desenvolve ações e projetos que permitem ampliar a sua atuação no Paraná de forma rentável, com eficiência e qualidade. Tais medidas têm impacto direto nos resultados econômicos e financeiros da Companhia.

Em 2021, a Compagas obteve uma Receita Líquida de R\$ 738,05 milhões e EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) no valor de R\$ 166,9 milhões. O Lucro Líquido foi de R\$ 125,6 milhões, com alta de 111% em relação a 2020.

### Licenças Operacionais e Estudos Ambientais

A Compagas instala e opera suas redes de acordo com as legislações ambientais, assim, em 2021, a Companhia obteve do Instituto Água e Terra (IAT) a renovação das Licenças de Operação do ramal Ponta Grossa, Carambei e Castro, Licenças Simplificadas para a execução de ramais nos municípios de Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Curitiba, Ponta Grossa e São José dos Pinhais, e a concessão de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE) para a execução de duas obras, uma no município de Ponta Grossa e outra em São José dos Pinhais.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) de Curitiba concedeu 22 Licenças de Instalação e 12 de Operação para a rede de distribuição de gás. Entre as licenças estão contempladas a licença de instalação de ramais para atendimento a clientes residenciais e comerciais.

Ao longo de 2021 foram desenvolvidos os Planos de Controle Ambiental para a execução de prolongamentos da rede de distribuição. No total foram oito planos para ramais de atendimento a consumidores do segmento comercial e industrial nos municípios de Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Curitiba, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.

### ADMINISTRAÇÃO

#### Governança Corporativa

Na Compagas, as práticas de Governança Corporativa estão pautadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, em consonância com os princípios éticos estabelecidos no Código de Conduta e Integridade e em seus valores.

Abrange um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o desempenho dos administradores esteja sempre alinhado com o melhor interesse da Companhia e de suas partes interessadas.

Dentre as ações de Governança adotadas pela Companhia, destacam-se:

- Avaliação de desempenho dos administradores, conselheiros fiscais e membros de comitês estatutários. O processo compreende avaliações coletivas (pares e do órgão) e individuais (autoavaliação) com independência assegurada pela contratação de consultoria externa, que desenvolveu o modelo e o aplicou, seguindo os quesitos da Lei Federal nº 13.303/2016;
- Treinamento Anual dos Administradores, englobando a participação dos conselheiros fiscais e membros dos comitês estatutários. A capacitação envolve os temas relacionados à legislação, governança corporativa, Código de Conduta e Integridade da Compagas, controles internos e gestão de riscos;
- Disponibilização de sistema independente para a recepção de denúncias, com atendimento estruturado para funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Disponibilização de canal de ouvidoria, como ferramenta de controle social para registro sugestões, críticas, denúncias, reclamações e/ou elogios;
- Aplicação de treinamentos e envio de comunicações periódicas sobre o Código de Conduta e Integridade como parte do Programa de Compliance da Companhia para orientar a conduta e os atos de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Compagas, estabelecendo parâmetros de conduta para empregados, membros da Diretoria, dos Conselhos e Comitês, estagiários, fornecedores e prestadores de serviços.
- Atuação da Comissão de Ética e Apuração Interna (CEAI) na apuração das denúncias recebidas, na orientação e aconselhamento sobre a ética profissional dos empregados, no esclarecimento de dúvidas sobre o Código de Conduta e Integridade e nas atividades relacionadas à prevenção de desvios comportamentais.

#### Canais de Comunicação de Integridade

Para receber opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas, a Compagas disponibiliza canais de comunicação para a promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. Esses canais estão disponíveis a todas as partes relacionadas da Companhia, incluindo seus colaboradores, contratados e clientes, e o incentivo é para que essas partes possam registrar qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias. São eles: Canal de Denúncias, Ouvidoria e a Comissão de Ética e Apuração Interna.

#### Gestão do Capital Humano

Para a operação de todos os serviços relacionados à distribuição de gás canalizado, a Compagas encerrou 2021 com um quadro de pessoal composto por 154 colaboradores, incluídos os empregados concursados, comissionados, aprendizes, estagiários, cedidos e diretores. As pessoas que integram a Companhia são, em sua grande maioria, profissionais com formação de nível superior, o que reflete a alta qualidade e qualificação de todo o time. Todos os estão cobertos por Acordo Coletivo de Trabalho e possuem contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O relacionamento entre as pessoas que exercem atividades na Companhia, ou em seu nome, é orientado por meio do seu Código de Conduta e Integridade. É o Código que estabelece os princípios norteadores e as condutas íntegras para as relações da Compagas e permite aos seus empregados, administradores e contratados balizar suas atitudes.

Durante todo o ano, a empresa manteve uma agenda de benefícios competitivos com os existentes no mercado e que a diferencia de outras empresas por acreditar que o bem-estar de seus colaboradores reflete em melhores resultados para o seu negócio. No âmbito da qualificação, a Compagas proporcionou diferentes treinamentos além de bolsas de estudo para aprendizado de língua estrangeira e pós-graduação, visando estimular o desenvolvimento das pessoas para atendimento às necessidades e interesses da Companhia.

Em 2021, a Compagas executou o Programa de Desligamento Voluntário com Transfêrência de Conhecimento, o qual estabeleceu regras e critérios que possibilitaram aos colaboradores solicitar o desligamento voluntário do quadro funcional da empresa, mediante repasse dos conhecimentos adquiridos ao longo da carreira. Seis funcionários foram desligados ao longo do ano por adesão ao Programa.

#### COVID-19 e Saúde

A Compagas não parou. Ao longo destes dois anos marcados pela pandemia da COVID-19, contou com a energia de todos os seus colaboradores para prestar o serviço essencial da distribuição de gás canalizado aos mais de 51 mil clientes. O trabalho é diário e realizado em todos os setores da Companhia, seja por aqueles que trabalham à distância ou por quem está na linha de frente, nas ruas e na operação diária da rede. Para garantir a segurança e preservar seus colaboradores, clientes e a sociedade, a Compagas adotou todas as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades de saúde.

Sem prejuízo das atividades, o trabalho remoto foi concedido durante o ano de 2021 aos colaboradores enquadrados nos grupos de risco e para as áreas administrativas. Todos os colaboradores permanecem em monitoramento constante a respeito do estado de saúde e apresentação de sintomas relacionados à COVID-19 e para os casos suspeitos é realizado o exame RT-PCR, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde como referência (padrão ouro) no diagnóstico da COVID-19.

Foram entregues a todos os colaboradores máscaras faciais e álcool em gel para proteção individual. A sede administrativa e as bases operacionais permanecem equipadas com produtos de higiene para uso daqueles que estão em trabalho presencial. Orientações gerais sobre o uso obrigatório de máscara facial, higiene frequente das mãos e principais objetos de uso com álcool e distanciamento foram e continuam sendo repassadas a todos colaboradores.

Para ampliar a prevenção e com foco na saúde, a Compagas antecipou para o mês de abril, a Campanha de Vacinação contra a Gripe que contemplou todos os colaboradores e seus dependentes, além de terceirizados que atuam nas dependências da empresa.

#### Relacionamento com Clientes

Em alinhamento ao seu referencial estratégico e em busca da melhoria contínua e geração de valor, a Compagas atende seus clientes com foco e dedicação.

Em 2021, a Compagas registrou um índice de satisfação de 95,8% no atendimento telefônico. Os telefones 3004-3400 e 0800 643 8383 estão disponíveis a todos os consumidores e também à sociedade de forma geral, inclusive para atendimentos de emergência todos os dias da semana, 24 horas por dia. Em 2021, foram mais de 57,7 mil ligações recebidas e mais de 90,4 mil protocolos abertos. Além do atendimento telefônico, a interação com clientes e consumidores se dá por plataformas on-line e atendimento presencial.

Nos últimos anos, a agência Compagas Virtual tem se destacado como um dos principais canais de atendimento da Companhia, possibilitando a emissão de fatura, atualização de cadastro, histórico de consumo, orientações para débito automático e extrato de quitação de débitos a todos os segmentos atendidos.

#### Relacionamento com Comunidades

##### Investimentos Sociais por meio de Incentivos Fiscais

A Compagas realiza investimentos sociais por meio de incentivos fiscais em benefício da comunidade local. É uma contribuição para a melhoria e o desenvolvimento das comunidades em que atua. Em 2021, a Compagas selecionou seis projetos para o recebimento de patrocínio incentivado. A destinação total foi de cerca de R\$ 1 milhão a projetos paranaenses voltados às áreas da saúde, infância e adolescência, esporte e cultura.

Os projetos selecionados são: "Projeto Casa Lares São Joaquim e Sant'Anna", do Pequeno Cotelongo do Paraná – Dom Orione; "Projeto Trilham Sonhos – Fase 2", da Associação Iniciativa Cultural; "NÍVEA – Núcleo de Iniciação ao Voleibol Escolar de Araucária", da Associação dos Servidores da Prefeitura do Município de Araucária; "Brasil. Paisagem Paranaense – Cultura e Natureza", projeto de Ricardo Koch Cavalcanti Me; "Olhar de Cinema – Festival Internacional de Curitiba", da Grafo Audiovisual Ltda ME; e "Projeto Cultural Plano Anual do Museu Paranaense", da Sociedade de Amigos do Museu Paranaense (SAMP).

Ao apoiar ações ligadas à promoção do esporte, de amparo à saúde e inclusão social, a Companhia se envolve ainda mais com a comunidade, entendendo seus desejos, suas necessidades reais, e reforça a vocação de ser uma empresa feita por pessoas e para as pessoas. Os projetos apoiados estão enquadrados em leis e programas de incentivo fiscal - Lei de Incentivo ao Esporte; Fundo para a Infância e Adolescência; Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Cultura – e atendem a Política de Patrocínio da Companhia (documento que estabelece os critérios para aprovação das propostas e que está disponível no site da empresa) e ao Decreto Estadual nº 1.715/2015.

#### Ações Socioambientais

A Compagas realiza a gestão do seu negócio de forma sustentável, ciente de que a construção da infraestrutura da rede de distribuição de gás canalizado proporciona o surgimento de impactos, os quais podem e devem ser mitigados.

Neste contexto, a ação em andamento se refere à medida compensatória referente ao projeto de ampliação da rede de distribuição de gás natural executada nos municípios de Ponta Grossa, Carambei e Castro entre os anos de 2014 e 2016. Trata-se da construção da Reserva Técnica do Museu do Trepoiro, em Castro. No ano de 2021, a Compagas deu continuidade à primeira fase da medida compensatória referente à construção da Reserva Técnica. Foi elaborado o Projeto Executivo, já aprovado pelo IPHAN, e em análise por parte da Coordenadoria Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná.

Concluída essa etapa, a Companhia iniciará a próxima fase da medida compensatória com a efetiva execução das obras de construção da Reserva Técnica.

### Gestão de Compras e Fornecedores

Os fornecedores constituem parcerias estratégicas na Compagas. As atividades são desenvolvidas em modelos de gestão alinhados às melhores práticas para o alcance da eficiência operacional. Como uma sociedade de economia mista, a Compagas está sujeita a legislações que normatizam as ações de seleção de fornecedores, sendo as mesmas realizadas conforme os editais de licitação e cláusulas contratuais, e em cumprimento às legislações trabalhistas, de direitos humanos, fiscal e ambiental.

Os processos de aquisição e contratação da Compagas são regidos pela Lei das Estaduais, nº 13.303/2016, conforme disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em vigor desde o ano de 2018, e atualizado em 2021. O Regulamento e seus anexos está disponível em licitacoes.compagas.com.br.

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS  
Curitiba - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás – Compagas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### (i) Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita da Companhia é decorrente da distribuição de gás natural canalizado, por meio da concessão para exploração dos serviços públicos, conforme descrito e demonstrado nas notas explicativas 1 e 19. Devido à complexidade na captura, processamento e registro das transações e a grande dependência dos sistemas de tecnologia e de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossa abordagem de auditoria baseou-se na combinação de testes de controles e testes substantivos, incluindo:

- avaliação do desenho dos controles implementados no processo de vendas, faturamento e contas a receber, bem como a sua efetividade operacional ao longo do exercício;
- inspeção em bases de amostragens dos recebimentos subsequentes de faturas;
- análise das receitas não faturadas considerando o processo de mensuração realizado pela administração;
- testes documentais em transações de receita, para uma amostra de lançamentos contábeis registrados na rubrica de receita, levando em consideração relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; e
- avaliação se as divulgações incluídas nas notas explicativas estão apropriadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que são consistentes com a avaliação da Administração, consideramos adequadas as práticas de reconhecimento de receita da Companhia, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

#### (ii) Ativos de concessão - ativo financeiro e ativo intangível

Considerando que a Companhia é uma concessionária de serviços públicos, ela incorre em gastos de modernização e ampliação da rede de distribuição de gás, que são registrados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo do contrato de concessão. A determinação dos gastos que se qualificam como ativo intangível no contexto do contrato de concessão, incluindo os custos de empréstimos gerais e específicos atribuíveis à construção ou aquisição do ativo intangível, e a identificação da data correta do início da operação do ativo para o início de sua amortização, e consequente paralisação da capitalização de juros, requerem esforço da administração para garantir a existência, procedência e correto registro dos gastos atribuíveis ao intangível e sua correspondente amortização.

Em razão dos aspectos acima mencionados e considerando a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria relacionados à existência e aos valores reconhecidos no exercício incluíram, entre outros:

- inspeção, com base em amostragem, das documentações que evidenciam os gastos com ampliação da rede;
- análise de capitalização dos juros e custos dos empréstimos, quando aplicável;
- análise data de início da operação dos ativos e a análise da classificação entre intangível (gastos que gerarão benefícios econômicos em anos subsequentes) e despesa. Para as obras em curso durante o exercício, efetuamos a inspeção de documentos, em base amostral, que comprovam a ocorrência de gastos adicionais aos ativos.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que os gastos incorridos estão suportados por documentos e são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

### Outros Assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidentes de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificaçãoem nossa opinião, se as divulgações forem ina-

dequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de

que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas; salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2022.

Mazars Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP023701/0-8 PR

Éverton Araken Paetzold  
Contador CRC 1PR 047.959/0-9

## Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais)							
Ativo circulante	Nota	2021	2020	Passivo circulante	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	210.641	110.659	Fornecedores	11	3.740	3.393
Aplicações financeiras	5	8.332	-	Contas a pagar partes relacionadas	11 e 16	60.121	38.574
Contas a receber de clientes	6	81.179	56.151	Debêntures	18	-	20.252
Contas a receber de partes relacionadas	6 e 16	200	2.935	Impostos a pagar	12	15.454	8.880
Créditos nas operações de venda de gás	7	54.518	49.918	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15.4	129.061	84.634
Impostos a recuperar	8	38.443	33.356	Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar	13	8.043	6.887
Estoques		1.297	932	Passivo de arrendamentos	23	2.803	1.984
Despesas antecipadas		570	201	Outros passivos		2.484	8.540
Outros ativos		600	580			<b>221.706</b>	<b>173.144</b>
		<b>395.780</b>	<b>254.732</b>				
Não circulante							
Créditos nas operações de venda de gás	7	26.048	53.178	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.3	33.956	22.428
Impostos a recuperar	8	42.810	53.364	Provisão para contingências	14	16.144	634
Aplicações financeiras	5	-	8.042	Benefícios a empregados	17	10.528	10.121
Despesas antecipadas		27	44	Passivo de arrendamentos	23	11.381	12.468
Depósitos judiciais		71	86			<b>72.009</b>	<b>45.651</b>
Patrimônio líquido							
Ativos financeiros da concessão	10.2	233.026	189.416	Capital social	15.1	220.966	220.966
Intangível	10.3	104.523	129.884	Reservas de lucro	15.3	303.007	264.396
Direito de uso de ativos	23	13.607	13.321	Ajuste de avaliação patrimonial		(1.796)	(2.090)
		<b>420.112</b>	<b>447.335</b>			<b>522.177</b>	<b>483.272</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1741147</b>		<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>815.892</b>	<b>702.067</b>
		<b>815.892</b>	<b>702.067</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Receita líquida - venda de gás e serviços	19	738.050	524.225
Receita de construção	19	11.222	7.438
<b>Total da receita líquida</b>		<b>749.272</b>	<b>531.663</b>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	(574.374)	(407.452)
Custo de construção	20	(11.222)	(7.438)
<b>Lucro bruto</b>		<b>163.676</b>	<b>116.773</b>
Despesas com vendas	20	(11.132)	(8.417)
Despesas gerais e administrativas	20	(56.892)	(39.194)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	21	38.448	(28.049)
<b>Lucro antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>134.100</b>	<b>41.113</b>
Receitas financeiras	22	47.470	45.249
Despesas financeiras	22	(3.632)	(3.439)
Resultado financeiro, líquido		43.838	41.810
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>177.938</b>	<b>82.923</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9.1	(40.909)	(21.677)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9.1	(11.376)	(1.622)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>125.653</b>	<b>59.624</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>125.653</b>	<b>59.624</b>	
Ganho (perda) atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	445	(520)	
Tributos sobre ganho (perda) atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(151)	176	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>125.947</b>	<b>59.280</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)								
	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos à disposição da AGO	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>220.966</b>	<b>(1.746)</b>	<b>39.345</b>	<b>287.330</b>		<b>-</b>	<b>545.895</b>
Dividendos adicionais	15.4	-	-	-	(105.710)	-	(105.710)	
Resultado atuarial líquido	17	-	(344)	-	-	-	(344)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	59.624	59.624	
Destinações:								
Constituição de reserva legal	15.2	-	-	2.981	-	(2.981)	-	
Dividendos obrigatórios	15.4	-	-	-	-	(16.194)	(16.194)	
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	40.449	(40.449)	-	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>220.966</b>	<b>(2.090)</b>	<b>42.326</b>	<b>222.069</b>	<b>-</b>	<b>483.271</b>	
Dividendos adicionais	15.4	-	-	-	(52.901)	-	(52.901)	
Resultado atuarial líquido	17	-	294	-	-	-	294	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	125.653	125.653	
Destinações:								
Constituição de reserva legal	15.2	-	-	1.867	-	(1.867)	-	
Dividendos obrigatórios	15.4	-	-	-	-	(34.140)	(34.140)	
Dividendos a disposição da AGO		-	-	-	-	89.646	(89.646)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>220.966</b>	<b>(1.796)</b>	<b>44.193</b>	<b>169.168</b>	<b>89.646</b>	<b>-</b>	<b>522.177</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia") é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1000, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabeleça a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal. A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui em 31/12/2021, uma rede de distribuição de 851 km e conta com 148 colaboradores.

A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 06 de julho de 1994, podendo ser prorrogado mediante requerimento da Concessionária.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, por advento do termo contratual, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição depreciado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

O Estado do Paraná publicou a Lei Complementar nº 205 em 07/12/2017, trazendo nova interpretação quanto ao término do prazo da concessão, entendendo que o mesmo ocorreria em 20/01/2019. Em decorrência disso, a administração da Compagas, sua Controladora e demais acionistas questionaram os efeitos da referida lei por entenderem estar conflitante com os termos observados no atual contrato de concessão. Consequentemente, a Compagas ajuizou ação judicial questionando o vencimento antecipado da concessão e em 30/10/2018 foi concedida a tutela provisória de urgência antecedente favorável à Companhia, para reconhecer a validade da cláusula 1.1 do Contrato de Concessão, que estabelece o prazo contratual de 30 anos contatos do dia 06/07/1994, com término em 06/07/2024. A Companhia aguarda que seja proferida sentença nos autos do processo judicial. Em 04/12/2020, foi publicada a Lei Complementar n.º 227/2020, que alterou a Lei Complementar n.º 205/2017, revogando o seu artigo 15, que previa o término do prazo da concessão em 20/01/2019. Com a revogação do referido artigo, foi afastada a incerteza sobre o término do prazo de concessão, ficando, a partir da publicação da Lei Complementar nº 227/2020, definido o término da concessão em 06/07/2024.

Em 23/07/2021, o Governo do Estado do Paraná publicou o Edital de Convocação da

Consulta Pública nº 001/2021 sobre o Plano Estatual para o Setor de Distribuição de Gás Canalizado, estabelecendo o prazo até 13/09/2021 para que os interessados apresentem as contribuições, comentários e/ou sugestões referentes às condições propostas de prorrogação da concessão.

Em 13/09/2021, a Diretoria Executiva encaminhou as contribuições da Companhia à Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, na forma prevista no Edital de Convocação da Consulta Pública 001/2021.

#### 1.1 Impacto da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Com base nas informações disponíveis até o momento, indicamos, em linhas gerais, os efeitos observados até o presente na demanda dos principais segmentos de operação da Companhia, desde o início das medidas de isolamento social.

Importante reiterar que se tratam de indicativos observados até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

##### 1.1.1 Perdas de crédito esperadas

As perdas de créditos esperadas são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis. Também é considerada a expectativa de perda sobre a carteira a vencer, mediante critérios definidos pela administração, as quais estão em linhas com nossa prática contábil adotada.

A Companhia considera o total registrado das perdas de crédito esperadas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e a estimativa decorrente dessa avaliação desde início da pandemia até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 158.

##### 1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – impairment

Na avaliação dos ativos não financeiros até o momento, não foram identificados indícios de comprometimento ou de perda de recuperabilidade desses ativos. Nessa avaliação, a administração considerou a recuperação das vendas em 2020 e em 2021, bem como o controle de despesas que foi aplicado. A vida útil dos ativos leva em consideração a data de término do contrato de concessão, portanto, não há redução de vida útil.

##### 1.1.3 Recuperação dos tributos diferidos ativos

As diferenças temporais que dão origem aos tributos diferidos foram avaliadas e mantém a recuperabilidade inalterada devido a expectativa de realização dessas diferenças e de lucros futuros advindos da atividade da Companhia.

##### 1.1.4 Valor justo de outros ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros estão avaliados pelo seu valor justo e representam o valor que se espera que sejam realizados na data de balanço. Adicionalmente, a Companhia monitora sua recuperabilidade, que se mantém inalterada no atual cenário de negócios.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>125.653</b>	<b>59.624</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:</b>			
Depreciação e amortização	10.3	32.879	31.652
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9	52.286	23.300
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(2.764)	238
Perda (ganho) para ajuste de preço nas operações de compra de gás		(46.511)	-
Provisão para perda por critério de valoração de crédito de gás	7	11.153	22.572
Provisão para contingências	14 e 17	15.917	1.360
Juros sobre empréstimos e debêntures		-	645
Variações monetárias sobre ativo financeiro		(33.910)	(34.591)
Resultado na baixa do intangível		11	(96)
		<b>154.714</b>	<b>104.704</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
(Aumento) de aplicação financeira		(290)	(148)
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras		(19.529)	40.515
(Aumento) redução de estoques		(365)	(90)
Redução de tributos a recuperar		8.526	38.124
Redução de créditos nas operações de gás		57.887	10.744
Redução de depósitos judiciais		15	38
(Aumento) Redução de despesas antecipadas		(352)	53
(Aumento) de outros ativos		(20)	(179)
Aumento (redução) de fornecedores de gás e contas a pagar		21.894	(41.067)
(Redução) de impostos a pagar		(8.870)	(30.933)
Aumento de obrigações trabalhistas e encargos sociais		366	247
(Redução) aumento Pagamento de juros		(554)	(484)
(Redução) aumento de outras contas a pagar		(10.744)	823
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>202.678</b>	<b>122.347</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(27.583)	(21.672)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		3.705	1.033
		<b>(23.878)</b>	<b>(20.639)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo intangível	10	(14.262)	(17.216)
Alienação do intangível	10	(11)	96
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(14.273)</b>	<b>(17.120)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos		(40.588)	(79.414)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	26	(3.705)	(1.033)
Pagamento de encargos		(379)	(2.409)
Pagamento de debêntures		(19.873)	(32.769)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(64.545)</b>	<b>(115.625)</b>
<b>Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>99.982</b>	<b>(31.037)</b>
No início do exercício		110.659	141.696
No fim do exercício		210.641	110.659
		<b>99.982</b>	<b>(31.037)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Receitas</b>			
Venda de produtos e serviços		976.632	701.215
(-) ICMS - substituição tributária		(5.591)	(4.215)
Outras receitas		52.467	3.657
		<b>1.023.508</b>	<b>700.657</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(668.327)	(474.906)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.006)	(17.136)
Outros		(28.020)	(19.063)
		<b>(718.353)</b>	<b>(511.105)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>305.155</b>	<b>189.552</b>
Depreciação e amortização	10.3	(32.877)	(31.650)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>272.278</b>	<b>157.902</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	22	47.470	45.249
		<b>47.470</b>	<b>45.249</b>

## 2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, conforme explicado na Nota 2.4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos (créditos nas operações de venda de gás). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. A administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo endereçadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

- (a) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros- *Impairment*** : A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

- (b) **Provisões:** As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações. São reconhecidas quando: a) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; e b) provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

- (c) **Valor justo de instrumentos financeiros:** A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativos. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

- (d) **Benefícios de planos de pensão:** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores e premissas que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia, com suporte de empresa especializada em cálculo atuarial, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 17.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o conjunto de políticas contábeis, as bases e métodos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apenas para as companhias abertas. A Companhia optou por apresentar essa demonstração no conjunto de suas demonstrações financeiras, por consequência, esta demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

### 3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

#### 3.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### 3.2.2 Classificação e mensuração subsequente de Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado – VJR..

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

#### a) Ativos financeiros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

- a.1) A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

As categorias de ativos financeiros aplicáveis à Companhia:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

a.2) **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### b) Desreconhecimento

##### b.1) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos, ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### b.2) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## c) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou derealizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## d) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

### d.1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

- Ativos de contrato.
- A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
  - Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se as condições financeiras da contraparte piorarem significativamente, independente do número de dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

### d.2) Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

### d.3) Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

### d.4) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### d.5) Desreconhecimento ("baixa")

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

## 3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

## 3.4 Contas a receber vinculadas à concessão

O contrato de concessão de distribuição de gás canalizado se enquadra no modelo bifurcado, em que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente, o Estado do Paraná, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível. A parcela reconhecida como ativo financeiro é aquela que será indenizada pelo Poder Concedente correspondente aos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão prevista em contrato e que assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão.

## 3.5 Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste período, a Companhia não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos, mas está efetuando o seu cálculo baseado na sua estimativa de realização dos créditos relacionados às operações de vendas de gás, onde leva em consideração a sua utilização pela Companhia em seu modelo de negócios e com realizações futuras trazidas ao valor presente.

## 3.6 Estoques

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo de contrato, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

## 3.7 Impostos a recuperar e a recolher

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço e inclui o reconhecimento de juros a receber ou a pagar, conforme a legislação vigente e o direito de receber os juros ou a obrigação de pagá-los, respectivamente.

## 3.8 Créditos nas operações de vendas de gás

Os créditos de aquisição de volumes de gás são registrados pelo custo de aquisição conforme definição entre a Companhia e o fornecedor e são atualizados a valor justo de acordo com a regra contratual. O volume de gás mínimo não retirado está sujeito a compensação futura.

A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o mês de julho de 2024. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação pelo preço vigente do gás.

## 3.9 Ativos financeiros de concessão

Obras em curso para distribuição de gás canalizado as quais serão transferidas para o ativo intangível quando de sua entrada em operação e na medida em que é recebido o direito (autorização) de cobrar os usuários. O montante que não será amortizado dentro do prazo da concessão é apresentado no ativo financeiro, indenizado no final da concessão pelo Poder Concedente conforme previsão contratual.

## 3.10 Ativo intangível

O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço no momento da sua conclusão.

A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

A amortização do intangível leva em consideração o prazo contratual da concessão.

## 3.11 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

## 3.12 Fornecedor e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 3.13 Empréstimos e financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

## 3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

## 3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporá-

rias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## 3.16 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas. A Companhia efetua o pagamento dos dividendos observando a existência de lucro disponível e após as destinações obrigatórias previstas em lei. Caso haja capacidade financeira de pagamento de dividendos, a Assembleia de Acionistas pode deliberar por um percentual de pagamento superior ao mínimo obrigatório.

## 3.17 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

## Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

## Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

## Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

## 3.18 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com diretos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho por entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços). A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

## 3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas aplicáveis à Companhia

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários	171	408
Aplicações financeiras:		
Fundos de investimento	155.046	46.233
CDBs	55.424	64.018
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>210.641</b>	<b>110.659</b>

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB, e fundos de investimentos referenciados à taxa DI e distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com remuneração média de 96,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem aos requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2021 é de 4,42% (2,75% em 31 de dezembro de 2020).

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimento	8.332	8.042
Circulante	8.332	-
Não circulante	-	8.042

Aplicações no montante de R\$ 8.332 em fundos de investimento junto a Caixa Econômica Federal, em conta reserva vinculada ao contrato de debêntures firmado com o BNDES desde 2014, conforme nota explicativa 18. A remuneração média destes fundos é de 98,7% do CDI. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2021 é de 4,42% (2,75% em 31 de dezembro de 2020). O resgate está previsto para o início de 2022.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuição de gás canalizado	92.804	71.343
(-) Perdas no Recebimento de Créditos Lei 9.430/95	(11.266)	(10.212)
(-) Perdas estimadas de créditos	(158)	(2.045)
<b>Total de contas a receber, líquidas</b>	<b>81.379</b>	<b>59.086</b>
Contas a receber de clientes -		

(\*) De acordo com o contrato de fornecimento entre COMPAGAS e Araucária Nitrogenados (ANSA), o cliente detinha o direito de utilizar seu saldo de Quantidade Paga e não Retirada - QPNR até Dezembro 2020. Originalmente, o cliente planejava utilizar seu saldo de QPNR para as operações ao longo do primeiro semestre de 2020, entretanto a unidade foi hibernada pela PETROBRAS em fevereiro de 2020. Isso resultou num saldo de QPNR residual (volume de 55.770.890 m³). A administração a Companhia iniciou tratativas para negociar o volume de gás não utilizado, em razão de a PETROBRAS se posicionar por compensar o QPNR da ANSA com uma precificação inferior ao contratado com a ANSA, gerando perdas para a Companhia.

Até o presente momento as partes não chegaram a um consenso, restando controversa a quantia de R\$ 11.153. Diante da compensação efetuada pela PETROBRAS e a incerteza no ressarcimento da diferença em Reais da referida Cessão, foi constituída provisão deste valor até o desfecho das negociações.

Em relação ao crédito de gás total devido pela Companhia, e, considerando o plano de expansão e as perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, as projeções realizadas pela Administração indicam que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2021 será efetuada integralmente.

Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo circulante e não circulante:

Ano	Valor a compensar
2022	54.518
2023	26.048
<b>Total</b>	<b>80.566</b>

## 7.1 Compromissos com contratos de fornecimento

A Companhia possui contrato de fornecimento de gás com a Petrobras S.A., com garantia de disponibilidade de volume diário, conforme tabela

Período	Quantidade Diária Contratual (m³/Dia)	Contrato
01/01/2021 até 19/05/2021	820.000	NMG 2020-2023
20/05/2022 até 31/12/2023	868.000	NMG 2020-2023
01/01/2022 até 31/12/2023	400.000	NMG 2020-2023
01/01/2022 até 31/12/2022	511.000	NMG 2022-2025
01/01/2023 até 31/12/2023	450.000	NMG 2022-2025
01/01/2024 até 31/12/2024	400.000	NMG 2022-2025
01/01/2025 até 31/12/2025	330.000	NMG 2022-2025

O compromisso financeiro total deste contrato, descontado a valor presente é estimado em R\$ 1.841.767, cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte.

Este compromisso foi estimado utilizando o volume total contratado pelo custo da *commodities* e transporte, líquido de impostos, calculado a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2021. Estas condições podem ser repactuadas caso o cenário se altere em razão de aspectos de mercado e sob concordância das partes.

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31.12.2021	31.12.2020
COFINS a compensar <sup>(a)</sup>	48.309	57.925
PIS a compensar <sup>(a)</sup>	26.883	25.791
CSSL a compensar	3.574	1.575
IRPJ a compensar	1.493	432
IRRF a compensar	994	997
<b>Total dos impostos a recuperar</b>	<b>81.253</b>	<b>86.720</b>
Ativo circulante	38.443	33.356
Ativo não circulante	42.810	53.364

(a) PIS e COFINS a recuperar - Em 28 de março de 2019, transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS (valor destacado em nota fiscal) da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Os efeitos oriundos desta ação, suportados por parecer de seus assessores jurídicos, foram registrados nas Demonstrações Financeiras, a partir do deferimento pela Receita Federal do Brasil em 23 de dezembro de 2019, do pedido de habilitação dos créditos compensáveis pretéritos de R\$ 142.821, conforme procedimento regado pela Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017. Além da decisão transitada em julgado a seu favor, a Companhia está amparada por parecer jurídico dos seus assessores legais que suportam tecnicamente o reconhecimento do crédito fiscal.

	31.12.2021	31.12.2020
Valor original dos créditos Juros Selic	70.127	80.057
	5.065	3.659
<b>Valor atualizado da habilitação dos créditos</b>	<b>75.192</b>	<b>83.716</b>

A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir:

Ano	
2022	57.285
2023	17.907
<b>Total</b>	<b>75.192</b>

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 9.1 Resultado do exercício

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto corrente		
Imposto de renda	(29.621)	(15.738)
Contribuição social	(11.288)	(5.939)
	<b>(40.909)</b>	<b>(21.677)</b>
Imposto diferido		
Imposto de renda	(8.365)	1.193
Contribuição social	(3.011)	429
	<b>(11.376)</b>	<b>(1.622)</b>
<b>Total despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(52.285)</b>	<b>(23.299)</b>

### 9.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

Descrição	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	177.938	177.938	82.923	82.923
Adições e exclusões permanentes Contribuições, doações e patrocínio	1.286	1.286	895	895
Juros sobre o Capital Próprio	(21.293)	(21.293)	(13.553)	(13.553)
Adições e exclusões temporárias Ajuste a valor justo de ativos (créditos nas operações de gás)	(46.511)	(46.511)	31.357	31.357
Atualização monetária ativo financeiro	(33.908)	(33.908)	(34.592)	(34.592)
Provisões	48.019	48.019	-	-
Outros	(109)	(109)	(1.037)	(1.037)
<b>Total</b>	<b>125.422</b>	<b>125.422</b>	<b>65.993</b>	<b>65.993</b>
Alíquota	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL à alíquota nominal</b>	<b>(31.356)</b>	<b>(11.288)</b>	<b>(16.498)</b>	<b>(5.939)</b>
Benefícios Fiscais (Lei Rouanet, FDCA, etc)	1.710	-	760	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	(29.621)	(11.288)	(15.738)	(5.939)
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	(8.365)	(3.011)	1.193	429
<b>Total</b>	<b>(37.986)</b>	<b>(14.299)</b>	<b>(16.931)</b>	<b>(6.368)</b>

### 9.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo	31.12.2021	31.12.2020
Provisão atuarial	10.527	10.165
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	16.144	634
Provisão para perdas de crédito estimadas	158	2.045
<i>Impairment</i> operações de venda de gás	11.153	-
<b>Passivo</b>		
Atualização monetária ativo financeiro	(88.360)	(54.452)
Ajuste a valor justo de ativos (créditos nas operações de gás)	(49.492)	(24.357)
<b>Base do IRPJ e CSLL fiscal diferido</b>	<b>(99.870)</b>	<b>(65.965)</b>
Imposto de renda diferido	(24.967)	(16.491)
Contribuição social diferida	(8.989)	(5.937)
<b>Total de IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(33.956)</b>	<b>(22.428)</b>

O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

Ano	31.12.2021	31.12.2020
2021	-	(598)
2022	(301)	(6.063)
2023	(10.805)	(1.491)
2024	(22.850)	(14.276)
	<b>(33.956)</b>	<b>(22.428)</b>

## 10. ATIVOS DE CONCESSÃO - ATIVO FINANCEIRO, ATIVO DE CONTRATO E ATIVO INTANGÍVEL

### 10.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

(a) Parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

Valor das obras em curso referente ao ativo intangível em formação classificadas como ativos de contrato de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1).

	Líquido			
	Custo	Amortização	31.12.2021	31.12.2020
Ativo financeiro indenizável da concessão (a)	233.026	-	<b>233.026</b>	<b>189.416</b>
Ativo intangível (b)	386.655	(311.953)	74.702	102.629
Ativo de contrato (c)	29.821	-	29.821	27.255
			<b>104.523</b>	<b>129.884</b>
<b>Total do ativo de concessão</b>	<b>649.502</b>	<b>(311.953)</b>	<b>337.549</b>	<b>319.300</b>

### 10.2 Ativo financeiro da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão firmado com o Estado do Paraná, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro. O valor a receber é atualizado mensalmente pelo IGP-DI/FGV Índice Geral de Preços (17,74% em 2021), até o efetivo recebimento.

Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

	Movimentações - 2021				
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização	Transferências Baixas	Saldo em 31/12/2021
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	189.416	(86)	33.910	(*)9.795 (9)	233.026
<b>Total do ativo financeiro</b>	<b>189.416</b>	<b>(86)</b>	<b>33.910</b>	<b>9.795 (9)</b>	<b>233.026</b>

(\*) Transferência oriunda do ativo intangível

	Movimentações - 2020				
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização	Transferências Baixas	Saldo em 31/12/2020
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	144.813	-	34.592	(*)10.041 30	189.416
<b>Total do ativo financeiro</b>	<b>144.813</b>	<b>-</b>	<b>34.592</b>	<b>10.041 30</b>	<b>189.416</b>

(\*) Transferência do ativo intangível

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi aditado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo concedente leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.

Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento supracitado que alterou a remuneração e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior à concessão, independentemente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual líquido estimado pela Companhia é de R\$ 42.535 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2021. Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do prazo contratual.

Conta de Tarifa a Compensar – CTC.

Através do Art. 4º do Decreto Estadual 5912, de 15 de julho de 2002 ficou estabelecida a Conta de Tarifa a Compensar – CTC com o objetivo de garantir os investimentos para a expansão da infraestrutura de distribuição de gás e, também, a remuneração média dos investimentos, conforme determina o Contrato de Concessão.

Conforme item 5.3 do Anexo ao Decreto 5912/2002, o saldo da CTC deve ser atualizado de um ano para o outro pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI.

Conforme o item 5.4, o montante atualizado da CTC será utilizado em exercícios futuros para compor a Tarifa Média autorizada pelo Poder Concedente, juntamente com as parcelas da Margem de Distribuição e do Preço do Gás.

### 10.3 Ativo intangível e de contrato – composição

	Movimentações - 2021				
	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferências Baixas	Saldo em 31/12/2021
Contrato de concessão	30				
Gasodutos		313.401	-	507	- 313.908
Equip. operação gasoduto	10	55.231	500	92	- 55.823
Veículos	10	1.584	-	-	- 1.584
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10	15	7	(16)	- 7
Equip. de informática	10	3.688	974	(666)	- 3.996
Software	10	8.932	1.907	(1.336)	(4) 9.499
Móveis e utensílios	10	1.739	95	(66)	(1) 1.767
Benefitorias em bens de terceiros	10	51	-	-	- 51
Outros	10	20	-	-	- 20
		<b>384.661</b>	<b>3.483</b>	<b>(1.485)</b>	<b>(5) 386.655</b>
Amortização acumulada		(282.036)	(29.919)	-	3 (311.952)
<b>Total do ativo intangível</b>		<b>102.625</b>	<b>(26.436)</b>	<b>(1.485)</b>	<b>(2) 74.702</b>
Ativo de contrato (*)		27.259	10.872	(8.310)	- 29.821
<b>Total do ativo intangível e de contrato</b>		<b>129.884</b>	<b>(15.564)</b>	<b>(9.795)</b>	<b>(2) 104.523</b>

(\*) Ativo de contrato classificados conforme instrução ICPC01 (R1)

	Movimentações - 2020				
	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências Baixas	Saldo em 31/12/2020
Contrato de concessão					
Gasodutos	30	312.120	-	1.438	- 313.401
Equip. operação gasoduto	10	54.807	-	268	- 55.231
Veículos	10	2.175	-	(591)	- 1.584
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10	-	-	-	- 15
Equip. de informática	10	3.182	1.164	(657)	- 3.688
Software	10	6.570	6.031	(3.653)	- 8.932
Móveis e utensílios	10	1.739	67	(40)	(26) 1.739
Benefitorias em bens de terceiros	10	67	14	(7)	(22) 52
Outros	10	20	-	-	- 20
		<b>380.680</b>	<b>7.276</b>	<b>(2.651)</b>	<b>(639) 384.662</b>
Amortização acumulada		(253.083)	(29.460)	-	507 (282.036)
<b>Total do ativo intangível</b>		<b>127.598</b>	<b>(22.184)</b>	<b>(2.651)</b>	<b>(132) 102.625</b>
Ativo de contrato (*)		26.534	7.909	(7.390)	- 27.259
<b>Total do ativo intangível e de contrato</b>		<b>154.332</b>	<b>(14.275)</b>	<b>(10.041)</b>	<b>(132) 129.884</b>

## 11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR PARTES RELACIONADAS

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedor de gás - Petrobras (parte relacionada) (i)	60.121	38.574
Fornecedores de materiais e serviços no país	3.740	3.393
<b>Total fornecedores</b>	<b>63.861</b>	<b>41.967</b>

(i) As informações sobre as condições de aquisição de gás da Petrobras estão descritas na nota explicativa nr. 7.

## 12. IMPOSTOS A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	2.708	-
ICMS	7.971	4.832
Imposto de renda retido na fonte	3.867	2.635
COFINS	749	512
PIS	157	110
Outros	2	791
<b>Total</b>	<b>15.454</b>	<b>8.880</b>

## 13. PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões de férias e 13. salário	4.085	3.851
Salários a pagar	3.137	2.245
INSS	602	583
FGTS	219	208
<b>Total</b>	<b>8.043</b>	<b>6.887</b>

## 14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

## 14.1 Ações com risco de perda avaliadas como prováveis

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
<b>Natureza</b>				
Cíveis (a)	314	15.573	(83)	15.804
Trabalhistas (b)	320	20	-	340

## 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Controlador</b>						
<b>Companhia Paranaense de Energia - Copel</b>						
Dividendos a pagar	-	-	65.821	43.164	-	-
<b>Entidades com influência significativa</b>						
<b>Petrobras Gás S.A. - Gaspetro</b>						
Dividendos a pagar	-	-	31.619	20.735	-	-
Reembolso de salários <sup>2</sup>	-	-	156	2.471	45	(630)
<b>Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.</b>						
Dividendos a pagar	-	-	31.619	20.735	-	-
Reembolso de salários <sup>2</sup>	-	-	201	3.454	(400)	(872)
<b>Outras partes relacionadas</b>						
<b>Araucária Nitrogenados - ANSA</b>						
QPNR/Take or Pay (nota 7)	-	-	46.597	46.597	-	8.513
<b>Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras</b>						
QPNR/Take or Pay (nota 7)	143.890	149.626	-	-	-	(34.914)
Aquisição de gás para revenda (nota 11)	-	-	60.121	38.574	(373.829)	(361.896)
<b>Petrobras Distribuidora S.A. - Petrobras</b>						
Receita com venda de gás	-	-	-	-	7.942	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
<b>Petrobras Distribuidora S.A. BR Asfaltos</b>						
Receita com venda de gás	-	-	-	-	-	-
<b>UEG Araucária Ltda.</b>						
Receita com venda de gás	199	199	-	-	-	-
Receita de serviços	-	2.736	-	-	25.783	11.748
<b>Copel Distribuição S.A.</b>						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(253)	(224)
<b>Rede conexão / internet</b>						
BNDES <sup>1</sup> e BNDESPAR	-	-	-	-	(186)	(82)
<b>Financiamentos</b>						
	-	-	-	4.415	(312)	(1.681)

<sup>1</sup> O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel.

<sup>2</sup> Reembolso de salários de administradores dos acionistas.

### 16.1 Remuneração dos Administradores

A ata da 120ª Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2021 fixou o montante anual com encargos, para remuneração dos Administradores, no valor de R\$ 3.916 para o ano de 2021 (R\$ 3.751 - 2020).

### 17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, são classificados em dois programas específicos: Plano de Benefício Previdenciário e Plano de Benefício Assistencial.

#### Balanco patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10.527, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações totais	15.219	10.527	25.746	23.819
Valor justo dos ativos	(15.219)	-	(15.219)	(13.698)
			<b>10.527</b>	<b>10.121</b>

### 17.1 Plano de benefício Previdenciário

O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2020, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente estão resumidos a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Plano de assistência saúde	(294)	344
	<b>(294)</b>	<b>344</b>

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

### 17.2 Plano de benefício assistencial

#### Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações do plano benefício definido em 1º de janeiro	10.121	8.846
Custo do serviço corrente e juros	852	830
Benefícios pagos	-	(75)
(Ganho)/perda atuarial	446	520
	<b>10.527</b>	<b>10.121</b>

#### Componentes da despesa do plano (Pró-saúde) projetada

	31/12/2021	31/12/2020
Custo do serviço	119	115
Custo dos juros	1.160	737
	<b>1.279</b>	<b>852</b>

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Dados populacionais:</b>		
<b>Ativos</b>		
Número de participantes ativos:	140	152
Idade média em anos:	45,76	45,17
Serviço creditado total	12,84	11,77
Tempo para aposentadoria	11,33	12,02
Renda média em R\$	12.289,79	10.845,79
<b>Aposentados:</b>		
Número de participantes aposentados:	15	12
Idade média em anos:	60,65	61,39
Benefício médio em R\$	4.548,86	3.998,43
População total	158	167
<b>Hipóteses econômicas</b>		
Taxa de rotatividade	0%	0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (M/F)- 10%	AT-2000 (M/F)- 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de invalidez	Tasa 1927	Tasa 1927
% de casados na data de aposentadoria	80%	80%
Diferença de idade entre homens e mulheres	Real (ou 4 anos)	Real (ou 4 anos)
<b>Taxa de anual de juro atuarial real (Duration):</b>		
Plano CV/ saldado	5,4	3,2
Plano de Saúde	5,4	3,3
Taxa anual de inflação projetada	9,20	4
Taxa anual real de evolução salarial	2	2
Taxa anual de evolução custos médicos	1	1
Aging Factor	5,8	4,8
Taxa real de evolução de benefícios	0	0
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0	0
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98	98

Dados fornecidos de empresa especializada em cálculo atuarial

## 18. DEBÊNTURES

A Companhia emitiu debêntures conforme quadro abaixo e que foram integralmente liquidadas no decorrer do exercício de 2021.

	31/12/2021	31/12/2020
BNDES Participações S.A.	-	5.890
Simplific Pavarini DTVM Ltda.	-	14.362
Total	-	20.252
<b>Passivo circulante</b>		
	-	<b>20.252</b>

### 18.1 BNDES Participações S.A.

Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR, no valor de R\$ 62.626 e R\$ 33.620, para financiar o plano de investimentos da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 62.626 e 33.620. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros compensatórios, calculados pro rata temporis, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição, integralização, deduzido de quaisquer eventos financeiros, previstos ou não contratualmente. Da mesma forma, de acordo com o contrato, um evento financeiro compreende parcela de juros, amortização, resgate, conversão, permuta e outros eventos que venham alterar o preço unitário.

Emissão	Vencimento		Encargos financeiros a.a.	Valor do contrato	31/12/2021		
	Data de emissão	Nº de parcelas					
1ª	15/04/2016	54	15/07/2017	15/12/2021	TJLP+2,17%a.a.	33.620	-
1ª	15/04/2016	54	15/07/2017	15/12/2021	SELIC+2,17%a.a.	33.620	-

Mutação das debêntures	Circulante	Não circulante	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	5.890	-	5.890	11.784
Ingressos	-	-	-	-
Encargos	219	-	219	531
Transferências	-	-	-	-
Amortização - principal	(5.868)	-	(5.868)	(5.875)
Pagamento - encargos	(241)	-	(241)	(550)
<b>Total</b>	-	-	-	<b>5.890</b>

Encargos financeiros	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário
Juros pagos trimestralmente	Flutuante	Compagas	BNDES Participações S.A - BNDESPAR

### 18.2 Simplific Pavarini DTVM Ltda.

Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada pela Simplific Pavarini DTVM Ltda., com distribuição pública de esforços restritos, no valor de R\$ 43.000 para refinanciamento do passivo da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 43.000. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, desde a data da primeira integralização ou desde a data de pagamento dos juros remuneratórios.

Emissão	Data de emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a.	Valor do contrato	31/12/2021
			Inicial	Final			
1ª	15/04/2016	54	15/07/2017	15/12/2021	TJLP+2,17%a.a.	33.620	-
1ª	15/04/2016	54	15/07/2017	15/12/2021	SELIC+2,17%a.a.	33.620	-

Mutação das debêntures	Circulante	Não circulante	31/12/2021	31/12/2020
(-) Encargos a transcorrer	147	-	147	114
Transferências	-	-	-	-
Amortização - principal	(14.371)	-	(14.371)	(28.639)
Pagamento - encargos	(138)	-	(138)	(1.859)
<b>Total</b>	-	-	-	<b>14.362</b>

Encargos financeiros	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário
Juros pagos mensalmente	Real	Compagas	Simplific Pavarini DTVM Ltda.

### 19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - VENDA DE GÁS E SERVIÇOS

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de vendas de gás	950.849	689.467
Receita de serviços	25.783	11.748
ICMS sobre vendas	(162.709)	(115.638)
PIS e COFINS sobre vendas	(75.357)	(61.116)
ISS sobre vendas	(516)	(236)
Receita operacional líquida	<b>738.050</b>	<b>524.225</b>
Receitas de construção - ICPC 01(R1)	11.222	7.438

### 20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2021	31/12/2020
Compra de gás natural	(525.806)	(361.896)
Pessoal	(41.952)	(36.823)
Amortização	(32.879)	(31.650)
Serviços de terceiros	(16.373)	(13.637)
Despesas gerais	(19.735)	(6.210)
Tributos e taxas fiscais	(1.074)	(4.035)
Locações	(109)	(102)
Materiais	(3.328)	(370)
Distribuição de gás	(466)	(340)
<b>Total</b>	<b>(641.722)</b>	<b>(455.063)</b>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(574.374)	(407.452)
Despesas gerais e administrativas	(56.216)	(39.194)
Despesas com vendas	(11.132)	(8.417)
<b>Total</b>	<b>(641.722)</b>	<b>(455.063)</b>
Custos de construção ICPC 01(R1)	(11.222)	(7.438)

### 21. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	31/12/2021	31/12/2020
(Perda) ganho ajuste a valor justo créditos nas operações de venda e aquisição de gás	46.511	(22.572)
Despesa com encargos contratuais	(111)	(7.266)
Impairment de créditos de gás	(11.153)	-
Receitas operacionais - Outras	3.201	1.789
	<b>38.448</b>	<b>(28.049)</b>

### 22. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras diversas	5.766	6.321
Juros sobre ativo financeiro	33.908	34.591
Rendimento de aplicações financeiras	7.796	4.337
	<b>47.470</b>	<b>45.249</b>
Despesas financeiras diversas	(3.320)	(1.621)
Juros sobre empréstimos	(312)	(1.758)
	<b>(3.632)</b>	<b>(3.439)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>43.838</b>	<b>41.810</b>

Os juros sobre ativo financeiro são atualizados pelo IGP-DI/FGV, que acumulou uma alta de 17,74% no ano de 2021, enquanto o aumento no mesmo período de 2020 foi de 23,07%.

### 23. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

Com a adoção do Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, equivalente ao IFRS 16 - Leases, a Companhia reconheceu à época de adoção inicial desta norma, os contratos de arrendamento. Os saldos, movimentações e demais divulgações estão assim demonstrados:

#### 23.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Imóveis	11.831	2.119	(2.359)	11.591
Veículos	1.490	1.123	(597)	2016
	<b>13.321</b>	<b>3.242</b>	<b>(2.956)</b>	<b>13.607</b>

#### 23.2 Passivo de arrendamentos

Em 31/12/2020	Mutação do passivo de arrendamentos		Total
	Circulante	Não Circulante	
	1.984	12.468	14.452
Adições	997	2.440	3.437
Encargos	-	-	-
Transferências	3.527	(3.527)	-
Pagamento - principal	(2.373)	-	(2.373)
Pagamento - encargos	(1.332)	-	(1.332)
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>2.803</b>	<b>11.381</b>	<b>14.184</b>

A taxa incremental utilizada para o ajuste a valor presente das transações em 31/12/2021 é de 9,10% a.a.

Vencimentos das parcelas de longo prazo é como segue:

	2023	2024	Após 2024
	3.066	2.499	5.816
			<b>11.381</b>

### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de liquidez

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e debêntures.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (Nível 3).

Os ativos financeiros e passivos financeiros estão, em sua parcela mais significativa, mensurados a valor justo de acordo com o nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Custo Amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	210.641	110.659
Clientes e clientes partes relacionadas	81.379	59.086
Aplicações finance		